

TRIBUTOS



IMPOSTÔMETRO. Painéis, instalados em frente ao prédio da ACICG, na Rua XV de Novembro, e na sede da Fiems, na Avenida Afonso Pena, mostram em tempo real quanto os contribuintes pagam de tributos

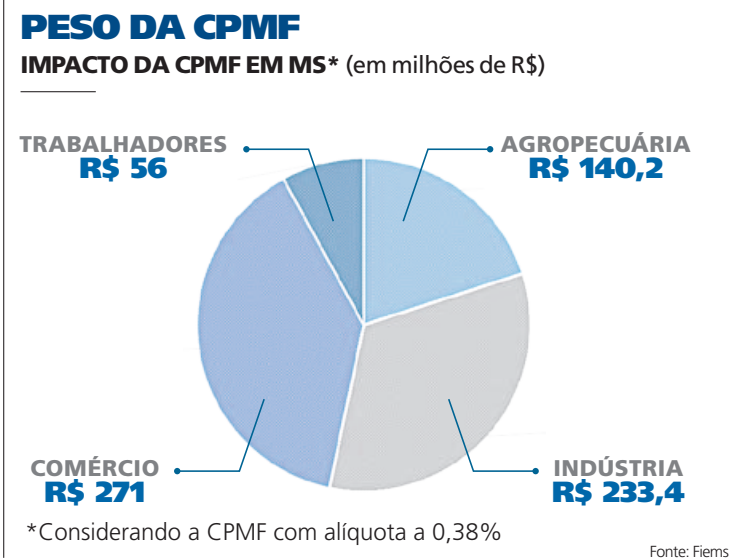
Volta da CPMF provoca impacto de R\$ 701 milhões anuais em MS

Retorno de cobrança é previsto em projeto que tramita no Congresso Nacional

OSVALDO JÚNIOR

O retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deve provocar impacto anual de R\$ 701 milhões em Mato Grosso do Sul, considerando a proposta de alíquota de 0,38%. O dado faz parte de estudo da Federação das Indústrias de MS (Fiems), divulgado na noite de ontem, por ocasião do lançamento da campanha “Acorda MS – Chega de Impostos”. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 140/2015, que trata sobre a volta da CPMF, tramita na Câmara dos Deputados desde setembro do ano passado.

Conforme o estudo da Fiemms, os contribuintes de Mato Grosso do Sul pagarão o montante estimado em R\$ 701 milhões por ano em mo-



vimentações financeiras e transmissão de valores de crédito. Desse total, R\$ 645 milhões seriam tributados do setor produtivo (agropecuária, indústria e comércio) e R\$ 56 milhões dos trabalhadores.

A PEC 140, que altera dispositivo da Constituição para recriar a CPMF, foi encaminhada pelo governo federal à Câmara no dia 22 de setembro do ano passado. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ) desde o dia 1º de outubro, aguardando o parecer do relator, deputado Arthur Lira (PP-AL). Como está em regime especial, a proposta, depois do parecer da CCJ, segue direto para o plenário. Para ser aprovada na Câmara, a PEC precisará dos votos favoráveis de no mínimo 308 parlamentares.

Pela proposta, a cobrança da CPMF vigoraria até 2019 e o valor arrecadado seria para custear a previdência social. O texto prevê alíquota de 0,20% sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. No entanto, gestores estaduais e municipais vêm pleiteando alíquota de 0,38% (0,20% para a União; 0,09% para estados; e 0,09% para municípios). A presidente Dilma Rousseff defen-

deu, em encontro com senadores, neste mês, a partilha da CPMF com estados e municípios e alíquota de 0,38%. Este é o mesmo índice em sua “versão antiga”, na época do governo de Fernando Henrique Cardoso. A cobrança foi extinta pelo Congresso Nacional em 2007.

IMPOSTÔMETRO

A CPMF, caso retorne, intensifica ainda mais o peso de tributos sobre a renda dos brasileiros. Para que os contribuintes visualizem quanto destinam aos cofres governamentais, a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) instalou um painel do impostômetro em seu prédio, na Rua XV de Novembro, em frente à praça Ary Coelho. O lançamento será amanhã. Há outro pai-

nel, instalado no prédio da Fiemms, na Avenida Afonso Pena, e que foi lançado na noite de ontem. Neste caso, a iniciativa é, além da Fiemms, da Federação do Comércio (Fecomércio), Federação da Agricultura e Pecuária (Famasul), Federação das Associações Empresariais (Faems) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS).

As informações da fermenta, disponíveis também no endereço www.impostometro.com.br, são atualizadas em tempo real, por meio de medidor estatístico que mensura quanto as pessoas pagam de tributos. Do dia 1º de janeiro até o fim da tarde de ontem, os contribuintes sul-matogrossenses já haviam recolhido R\$ 1,589 bilhão. O montante, de acordo com o impostômetro, seria suficiente, por exemplo, para construir mais de 5.518 postos de saúde equipados. Os campo-grandenses, também até o fim da tarde de ontem, já pagaram, neste ano, R\$ 362 milhões. Com esse dinheiro, é possível pagar dois anos de conta de luz de todos os brasileiros.

CAARAPÓ

Aneel nega recurso sobre termelétrica da Agrenco

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou providência a recurso movido pela administradora da massa falida da Agrenco Bioenergia, a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., para reconsiderar resolução publicada no ano passado, revogando a autorização da empresa para instalar e explorar uma usina termelétrica em Caarapó. O despacho com a decisão, assinado pelo diretor-presidente da agência, Romeu Donizete Rufino, foi publicado ontem no Diário Oficial da União.

O empreendimento, que teria capacidade total instalada de 21.600 kW, incluindo como combustível capim elefante e bagaço de cana-de-açúcar, deveria ter iniciado a operação em 2008, mas o grupo empresarial entrou em recuperação judicial naquele mesmo ano e dois anos depois foi decretada a falência da holding (Agrenco Limited,

com sede em Bermuda) e todas suas subsidiárias, entre elas a Agrenco Bioenergia. Na época, as dívidas do grupo somavam R\$ 1,2 bilhão.

Em 2015, diante da perda da capacidade financeira e técnica de manutenção do empreendimento e descumprimento do cronograma de implantação, a Aneel revogou a autorização para a usina, mas a Deloitte ingressou com recurso administrativo contra a medida, destacando “os esforços empreendidos para a preservação do parque industrial com o objetivo de sua alienação” e que a revogação da autorização geraria custos adicionais para o futuro operador. A administradora também sugeriu que “o cenário falimentar em que se encontra a Agrenco Bioenergia seja reconhecimento como ato do poder público, caso fortuito ou força maior”, conforme a Aneel.

Em resposta ao pedido de

reconsideração, a Agência entendeu que “as dificuldades financeiras não caracterizam causas excludentes da responsabilidade da recorrente” e “a decretação de falência determinou a perda de sua capacidade financeira e técnica de manutenção do empreendimento”. Ainda conforme análise da Aneel, não seria razoável “conservar um agente setorial que manifestadamente não reúne as condições necessárias à implantação e operação de empreendimento de geração de energia elétrica”.

Além da unidade em Caarapó, o grupo planejava abrir outra planta industrial em Alto Araguaia (MT). Juntas, as duas usinas teriam capacidade para processar 2,1 milhões de toneladas de soja por ano e, segundo a companhia, gerariam uma receita anual de US\$ 1,3 bilhão. (DA)

CONVOCAÇÃO DA FCA

Comunicado aos proprietários de veículos Jeep Compass

A FCA - Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. convoca os proprietários dos veículos JEEP COMPASS ano/modelo 2015 a agendar o comparecimento a uma das concessionárias JEEP para que seja providenciada, gratuitamente, a inspeção e o eventual reposicionamento ou a instalação da abraçadeira da mangueira da direção hidráulica dos veículos.

Foi detectada uma possível falha na instalação da mangueira da direção hidráulica de tais veículos durante o processo de fabricação, o que faz com que tal mangueira possa se desprender e causar vazamento de fluido da direção hidráulica, que, em contato com uma fonte de ignição, pode, em casos extremos, provocar incêndio no compartimento do motor.

Tal situação pode provocar um acidente, com consequentes danos físicos e materiais ao motorista, passageiros e terceiros.

O tempo estimado para inspeção e reparo é de, aproximadamente, 30 (trinta) minutos, podendo variar conforme o fluxo de atendimento na concessionária escolhida. Por esse motivo, solicitamos-lhe que agende sua visita previamente na concessionária JEEP de sua preferência.

A ação envolverá um total de 91 (noventa e um) veículos. Para a consulta dos números dos chassis envolvidos e/ou mais informações, entre em contato através da Central de Atendimento JEEP pelo telefone 0800 703 7150 ou consulte www.jeep.com.br.

Com esta iniciativa, a FCA visa assegurar a satisfação de seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca JEEP.